



PODER JUDICIÁRIO / JUSTIÇA FEDERAL / SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCESSO SELETIVO DE CANDIDATOS A ESTÁGIO NA JUSTIÇA FEDERAL
– EDITAL 002/2016 –

Realização:



CADERNO DE QUESTÕES

CURSO: DIREITO

DATA: 27/11/2016
HORÁRIO: 08 às 13 horas

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES

☒ Verifique se este CADERNO contém um total de 30 (trinta) questões objetivas do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções de resposta cada, das quais, apenas uma é correta e uma questão **questão discursiva**. Se o caderno não estiver completo, solicite ao fiscal de sala um outro caderno. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**

☒ As questões objetivas estão assim distribuídas:

DIREITO CONSTITUCIONAL: 01 a 05
DIREITO ADMINISTRATIVO: 06 a 10
DIREITO CIVIL: 11 A 15
DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 16 a 20
DIREITO PENAL: 21 a 25
DIREITO PROCESSUAL PENAL: 26 a 30

☒ O candidato não poderá entregar o **caderno de questões** antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.

☒ As respostas devem ser marcadas, obrigatoriamente, no **cartão-resposta**, utilizando caneta esferográfica, **tinta preta** ou **azul escrita grossa**.

☒ Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver o **cartão-resposta** devidamente ASSINADO e o **caderno de questões**. A não devolução de qualquer um deles implicará na **eliminação** do candidato.

NOME COMPLETO (legível ou em letra de forma)

ASSINATURA

INSCRIÇÃO:

Reservado para Copese:

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Marque a opção INCORRETA sobre Constituição, conceito, classificação e Elementos:

- (A) Segundo Kelsen, a ordem jurídica não é um sistema de normas jurídicas ordenadas no mesmo plano, situadas umas ao lado das outras, mas é uma construção escalonada de diferentes camadas ou níveis de normas jurídicas, em que a Constituição representa o escalão de Direito positivo mais elevado.
- (B) Kelsen considera que a unidade do ordenamento jurídico é produto da conexão de dependência que resulta do fato de a validade de uma norma, que foi produzida de acordo com outra norma, se apoiar sobre essa outra norma, cuja produção, por sua vez, é determinada por outra.
- (C) O constitucionalismo brasileiro, se tomada a concepção de constitucionalismo na perspectiva de Habermas como ordem democrática, só se configura plenamente com a CF-88.
- (D) A ordem constitucional vigente está constituída por fundação do Estado Brasileiro, art. 1º; divisão do poder, art. 2º; princípios, art. 3º; objetivos art. 4º; direitos e garantia fundamentais, art. 5º ao 17; organização do Estado Brasileiro e dos poderes, art. 18 em diante, finalizando com o ADCT.
- (E) São fundamentos do Estado Democrático de Direito: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa e o pluralismo político.

02. Marque a opção em que há ERRO.

Os direitos fundamentais, segundo Habermas, estruturantes da ordem constitucional, sendo o seu ponto de partida, estão positivados na CF-88:

- (A) nas liberdades negativas situadas no art. 5º.
- (B) na condição de membro da comunidade política, no art. 12 que trata da nacionalidade.
- (C) no direito de petição, na alínea a do inciso XXXIV do art. 5º.
- (D) no direito de participar, no art. 14, que trata dos direitos políticos.
- (E) nas condições sociais, técnicas e ambientais que se encontram no art. 6º dos direitos sociais.

03. Marque a opção em que NÃO se encontra bem da União:

- (A) As terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras.
- (B) O mar territorial.
- (C) As águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito.
- (D) Os recursos minerais, inclusive os do subsolo.
- (E) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

04. Marque a opção em que há competência legislativa que NÃO é concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.

- (A) Desapropriação.
- (B) Orçamento.
- (C) Produção e consumo.
- (D) Florestas, caça, pesca e fauna.
- (E) Responsabilidade por dano ao meio ambiente.

05. NÃO é competência do juiz federal processar e julgar

- (A) originariamente os juízes federais.
- (B) as causas entre Estados estrangeiros.
- (C) os crimes previstos em tratados ou convenção internacional.
- (D) causas relativas a direitos humanos.
- (E) crimes contra a organização do trabalho.

DIREITO ADMINISTRATIVO

06. Sobre os Princípios da Administração Pública, marque a opção INCORRETA.

- (A) A Administração Pública pode anular seus próprios atos quando estes forem ilegais. No entanto, se a invalidação do ato administrativo repercute no campo de interesses individuais, faz-se necessária a instauração de procedimento administrativo que assegure o devido processo legal e a ampla defesa. Assim, a prerrogativa de a Administração Pública controlar seus próprios atos não dispensa a observância do contraditório e ampla defesa prévios em âmbito administrativo.
- (B) É legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela Administração Pública, dos nomes de seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias.
- (C) Não é legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando a inadimplência do consumidor decorrer de débitos pretéritos, o débito originar-se de suposta fraude no medidor de consumo de energia apurada unilateralmente pela concessionária e inexistir aviso prévio ao consumidor inadimplente.
- (D) A Câmara de Vereadores possui personalidade jurídica, apenas personalidade judiciária, somente podendo demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais.
- (E) Não estão sujeitos à repetição os valores recebidos de boa-fé pelo servidor público, em decorrência de errônea ou inadequada interpretação da lei por parte da Administração Pública.

07. Marque a opção CORRETA, sobre Responsabilidade Civil do Estado.

- (A) A Administração Pública não está obrigada ao pagamento de pensão e indenização por danos morais no caso de morte por suicídio de detento ocorrido dentro de estabelecimento prisional mantido pelo Estado. Nessas hipóteses, não é necessário perquirir eventual culpa da Administração Pública. Na verdade, a responsabilidade civil estatal pela integridade dos presidiários é subjetiva.
- (B) Em caso de inobservância de seu dever específico de proteção previsto no art. 5º, inciso XLIX, da CF/88, o Estado não é responsável pela morte de detento.
- (C) As ações de indenização por danos morais decorrentes de atos de tortura ocorridos durante o Regime Militar de exceção são prescritíveis, se aplica o prazo prescricional de 5 anos previsto no art. 1º do Decreto 20.910/1932.
- (D) A prescrição em favor da Fazenda Pública recomeça a correr, por dois anos e meio, a partir do ato interruptivo, mas não fica reduzida aquém de cinco anos, embora o titular do direito a interrompa durante a primeira metade do prazo.
- (E) A União tem legitimidade passiva em ação de indenização por danos decorrentes de erro médico ocorrido em hospital da rede privada durante atendimento custeado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com a Lei 8.080/90, a responsabilidade pela fiscalização dos hospitais credenciados ao SUS é do Município, a quem compete responder em tais casos.

08. Sobre licitações, marque a opção CORRETA.

- (A) A dispensabilidade da licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.
- (B) A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra dispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão.
- (C) Na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 15% (quinze por cento) da avaliação.
- (D) De acordo com o STJ, não deve ser reconhecida a nulidade em processo licitatório na hipótese em que, a despeito de recurso administrativo ter sido julgado por autoridade incompetente, tenha havido a posterior homologação de todo o certame pela autoridade competente. Isso porque o julgamento de recurso por autoridade incompetente não é, por si só, bastante para acarretar a nulidade do ato e dos demais subsequentes, tendo em vista o saneamento da irregularidade por meio da homologação do procedimento licitatório pela autoridade competente.
- (E) O STJ tem firmado entendimento no sentido de que a revogação da licitação, quando antecedente da homologação e da adjudicação, é impertinente e enseja contraditório.

09. Sobre improbidade administrativa, marque a opção INCORRETA.

- (A) O estagiário que atua no serviço público, ainda que transitoriamente, remunerado ou não, está sujeito a responsabilização por ato de improbidade administrativa.
- (B) A tortura de preso custodiado em delegacia praticada por policial constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- (C) Não comete ato de improbidade administrativa o médico que cobra honorários por procedimento realizado em hospital privado que também seja conveniado à rede pública de saúde, desde que o atendimento não seja custeado pelo próprio sistema público de saúde. Em outras palavras, médico de hospital conveniado com o SUS que cobra do paciente por uma cirurgia que já foi paga pelo plano de saúde não pratica improbidade administrativa.
- (D) Ainda que não haja dano ao erário, é possível a condenação por ato de improbidade administrativa que importe enriquecimento ilícito (art. 9º da Lei nº 8.429/92), excluindo-se, contudo, a possibilidade de aplicação da pena de ressarcimento ao erário.
- (E) A competência para julgar ação de improbidade em caso de desvio de verbas transferidas pela União ao Município por meio de convênio é da Justiça Federal. Tanto nos casos em que a verba transferida deve ser incorporada ao patrimônio municipal, como no caso de o convênio prever que a verba transferida não será incorporada ao patrimônio municipal, ficando sujeito à prestação de contas perante o órgão federal, em ambas situações a competência para a ação será da Justiça Federal.

10. Sobre os Atos Administrativos, marque a opção CORRETA.

- (A) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União, não se faz necessário assegurar o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
- (B) A Administração Pública não pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.
- (C) A administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- (D) O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
- (E) É constitucional o veto não motivado à participação de candidato a concurso público.

DIREITO CIVIL

11. Sobre os bens de família, marque a opção CORRETA.

- (A) O STJ exarou a súmula 364, afirmando que “o conceito de impenhorabilidade do bem de família não abrange os imóveis pertencentes a pessoas solteiras, separadas ou viúvas”.
- (B) A vaga de garagem que possui matrícula própria no registro de imóveis constitui bem de família para efeito de penhora.
- (C) É válida a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação.
- (D) É penhorável o único imóvel residencial do devedor que esteja locado a terceiros, até mesmo nos casos em que a renda obtida com a sua locação seja revertida para subsistência ou moradia da sua família.
- (E) É penhorável o bem de família do empregador doméstico e do credor da pensão alimentícia, neste caso, resguardados os direitos sobre o bem do seu coproprietário que, com o devedor, integre união estável ou conjugal, observadas as hipóteses em que ambos responderão pela dívida.

12. Marque a opção INCORRETA.

- (A) Sempre que ocorrer ofensa injusta à dignidade da pessoa humana, restará configurado o dano moral, não sendo necessária a comprovação de dor e sofrimento. Trata-se de dano moral *in re ipsa* (dano moral presumido).
- (B) É inexigível o consentimento de pessoa biografada relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais, sendo por igual desnecessária a autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes ou de familiares, em caso de pessoas falecidas ou ausentes.
- (C) O STJ decidiu que, se uma gestante envolve-se em acidente de carro e, em virtude disso, sofre um aborto, ela terá direito de receber a indenização por morte do DPVAT.
- (D) O condômino ou possuidor que, por seu reiterado comportamento antissocial, gerar incompatibilidade de convivência com os demais condôminos ou possuidores, poderá ser constrangido a pagar multa correspondente ao décuplo do valor atribuído à contribuição para as despesas condominiais, até ulterior deliberação da assembleia. Para tanto, é necessária a garantia de defesa ao condômino nocivo.
- (E) O prazo prescricional para cobrança de cotas condominiais é de 7 (sete) anos, contados do vencimento de cada parcela.

13. Acerca dos contratos, marque a opção CORRETA.

- (A) Não podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.
- (B) Pode o adquirente demandar pela evicção, se sabia que a coisa era alheia ou litigiosa.
- (C) Serão excluídas do contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias.
- (D) Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- (E) Pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.

14. Sobre a usucapião, marque a opção INCORRETA.

- (A) A sentença de usucapião possui natureza declaratória.
- (B) Se configura o usucapião ordinário aquele que adquire a propriedade do imóvel, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por 10 (dez) anos.
- (C) É considerada hipótese de usucapião ordinário aquele que adquire a propriedade do imóvel, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por 5 (cinco) anos, no caso do imóvel houver sido adquirido, onerosamente, com base no registro constante do respectivo cartório, cancelada posteriormente, desde que os possuidores nele tiverem estabelecido a sua moradia, ou realizado investimentos de interesse social e econômico.
- (D) É considerada hipótese de usucapião extraordinário aquele que, por 10 (dez) anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.
- (E) O § 5º do art. 219 do CPC 1973 não autoriza a declaração, de ofício, da usucapião. Em outras palavras, o juiz não pode reconhecer a usucapião a não ser que haja requerimento da parte.

15. Sobre os Direitos Reais, analise as assertivas:

- I. São direitos reais: a propriedade, a superfície, as servidões, o usufruto, o uso, a habitação, o direito do promitente comprador do imóvel, o penhor, a hipoteca, a anticrese, a concessão de uso especial para fins de moradia e a concessão de direito real de uso;
- II. Os direitos reais sobre coisas móveis, quando constituídos, ou transmitidos por atos entre vivos, só se adquirem com a tradição;
- III. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha;
- IV. O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

Os itens corretos são:

- (A) Somente I, II, III, IV.
- (B) Somente I e II.
- (C) Somente I, III e IV.
- (D) Somente II, III e IV.
- (E) Somente III e IV.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

16. Marque a opção correta, de acordo com os Princípios do Processo Civil e a Jurisdição, com base nas súmulas e entendimentos do STF e STJ.

- (A) Viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.
- (B) A Lei de Arbitragem não se aplica aos contratos que contenham cláusula arbitral, ainda que celebrados antes da sua edição.
- (C) O STJ se posiciona, no sentido de que a decisão tomada em jurisdição voluntária produz coisa julgada.
- (D) A “jurisdição voluntária” distingue-se da “contenciosa” por algumas características, a saber: na voluntária não há ação, mas pedido; não há processo mas apenas procedimento; não há partes mas interessados; não produz coisa julgada, nem há lide.
- (E) Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, em matéria de sucessão hereditária, proceder à confirmação de testamento particular e ao inventário e à partilha de bens situados no Brasil, exceto, quando, o autor da herança seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional;

17. Sobre competência, analise os itens e marque a opção CORRETA.

- I. A competência para julgar demandas contra o CNJ e o CNMP: quando se tratar de ações ordinárias, é o Juiz Federal de 1ª instância; ao que diz respeito às ações tipicamente constitucionais (Mandado de Segurança, Mandado de Injunção, *Habeas Corpus* e *Habeas Data*) é competência do STF;
- II. O STF tem competência para processar e julgar causas em que se discute prerrogativa dos juizes de portar arma de defesa pessoal, por se tratar de ação em que todos os membros da magistratura são direta ou indiretamente interessados (art. 102, I, “n”, da CF/88);
- III. Em uma ação de indenização, se ocorrer a revelia, deve-se presumir a veracidade quanto aos danos narrados na petição inicial, e esta presunção de veracidade alcança a definição do *quantum* indenizatório indicado pelo autor;
- IV. É da Justiça estadual, via de regra, a competência para julgar a ação em que se discute a legalidade da cobrança de instituição de ensino superior estadual, municipal ou particular de taxa para expedição de diploma de curso, mesmo se tratando de mandado de segurança cuja impetração se volta contra ato de dirigente de universidade pública federal ou de universidade particular;
- V. Nos casos de empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica, é competente a Justiça estadual para o julgamento de demanda proposta exclusivamente contra a Eletrobrás. Requerida a intervenção da União no feito após a prolação de sentença pelo juízo estadual, os autos devem ser remetidos ao Tribunal Regional Federal competente para o julgamento da apelação se deferida a intervenção.

- | | |
|--|---|
| (A) Somente I, II e V estão corretos. | (D) Somente III, IV e V estão corretos. |
| (B) Somente I, II e III estão corretos. | (E) Somente I e II estão corretos. |
| (C) Somente II, III e IV estão corretos. | |

18. Marque a opção INCORRETA, de acordo com a jurisprudência do STF e do STJ:

- (A) Nas ações para fornecimento de medicamentos, apesar de a obrigação ser solidária entre Municípios, Estados e União, caso o autor tenha proposto a ação apenas contra o Estado-membro, não cabe o chamamento ao processo da União, medida que apenas iria protelar a solução da causa.
- (B) De acordo com o novo CPC de 2015, os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento. Contudo, não se aplica o prazo em dobro para litisconsortes diferentes se o processo for em autos eletrônicos.
- (C) No seguro de responsabilidade civil facultativo, não cabe o ajuizamento de ação pelo terceiro prejudicado direta e exclusivamente em face da seguradora do apontado causador do dano.
- (D) Em ação de reparação de danos, a seguradora denunciada, se aceitar a denúncia ou contestar o pedido do autor, pode ser condenada, direta e solidariamente junto com o segurado, ao pagamento da indenização devida à vítima, nos limites contratados na apólice.
- (E) O novo CPC de 2015 manteve, no caput do art. 55, a definição tradicional de conexão: “Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir” e não adota a teoria materialista, não prevendo a conexão por prejudicialidade.

19. Marque a opção INCORRETA.

- (A) Sobre a tutela antecipada, é correto afirmar que na situação em que o autor, ao ingressar com uma ação pede a tutela antecipada, o juiz defere o pedido. Na sentença, o juiz julga improcedente a demanda e revoga a tutela antecipada. Nessa ocasião, ocorre que a tutela antecipada causou danos morais e materiais ao réu. Desta forma, o autor da ação tem a responsabilidade objetiva de indenizar o réu quanto a esses prejuízos, independentemente de pronunciamento judicial e do pedido específico da parte interessada.
- (B) Em ação para fornecimento de medicamentos, o juiz pode determinar o bloqueio e o sequestro de verbas públicas em caso de descumprimento da decisão. Tratando-se de fornecimento de medicamentos, cabe ao Juiz adotar medidas eficazes à efetivação de suas decisões, podendo, se necessário, determinar, até mesmo, o sequestro de valores do devedor (bloqueio), segundo o seu prudente arbítrio e sempre com adequada fundamentação.
- (C) É possível que o juiz estipule multa diária como forma de compelir que a operadora de plano de saúde autorize que o hospital realize procedimento médico-hospitalar.
- (D) A decisão que comina astreintes não preclui, não fazendo tampouco coisa julgada. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a multa cominatória não integra a coisa julgada, sendo apenas um meio de coerção indireta ao cumprimento do julgado, podendo ser cominada, alterada ou suprimida posteriormente.
- (E) Sobre astreintes, pode-se afirmar que o juiz não pode arbitrar as astreintes de ofício; não é cabível a cumulação de astreintes com juros de mora; o destinatário das astreintes é o Poder Judiciário.

20. Sobre recursos, analise a questão e marque a opção CORRETA.

- (A) A dispensa de reexame necessário, quando o valor da condenação ou do direito controvertido for inferior a 60 salários mínimos, não se aplica a sentenças ilíquidas.
- (B) Os embargos de declaração, ainda que contenham nítido pedido de efeitos infringentes, devem ser recebidos como mero "pedido de reconsideração".
- (C) Para fins do art. 105, III, "a", da Constituição Federal, " Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida: a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência". É cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula.
- (D) É inadmissível comprovação posterior da tempestividade de recurso no STJ ou no STF quando o recurso houver sido julgado intempestivo em virtude de feriados locais ou de suspensão de expediente forense no tribunal *a quo*.
- (E) Não é cabível mandado de segurança, a ser impetrado no Tribunal Regional Federal, com a finalidade de promover o controle da competência dos Juizados Especiais Federais.

DIREITO PENAL

21. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:

- I. maior de 70 (setenta) anos;
- II. extremamente debilitado por motivo de doença grave;
- III. imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 8 (oito) anos de idade ou com deficiência;
- IV. gestante;
- V. mulher com filho de até 13 (treze) anos de idade incompletos;
- VI. homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.

A opção CORRETA é:

- | | |
|----------------------------|--------------------------|
| (A) Somente I, II, III. | (D) Somente II, III, IV. |
| (B) I, II, III, IV, V, VI. | (E) Somente II, IV, V. |
| (C) Somente II, IV, VI. | |

22. Sobre o Inquérito Policial, Provas e Testemunhas no Processo Penal, marque a opção CORRETA.

- (A) O indiciamento é ato privativo da autoridade policial, segundo sua análise técnico-jurídica do fato. O juiz não pode determinar que o Delegado de Polícia faça o indiciamento de alguém.
- (B) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.
- (C) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal não poderá suprir-lhe a falta.
- (D) As provas obtidas em violação a normas constitucionais ou legais são inadmissíveis. Nesse diapasão, também são consideradas como ilícitas as derivadas, mesmo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou até quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras ilícitas.
- (E) O Presidente e o Vice-Presidente da República, os senadores e deputados federais, os ministros de Estado, os governadores de Estados e Territórios, os secretários de Estado, os prefeitos do Distrito Federal e dos Municípios, os deputados às Assembleias Legislativas Estaduais, os membros do Poder Judiciário, os ministros e juizes dos Tribunais de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal, bem como os do Tribunal Marítimo serão inquiridos onde estiverem.

23. Marque a opção INCORRETA.

- (A) A execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência. Em outras palavras, é possível o início da execução da pena condenatória após a prolação de acórdão condenatório em 2º grau e isso não ofende o princípio constitucional da presunção da inocência.
- (B) Na resposta à acusação, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz nomeará defensor para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias.

- (C) Se o acusado, à época do oferecimento da denúncia, não era mais funcionário público, não terá direito à defesa preliminar de que trata o art. 514 do CPP.
- (D) Os atos processuais, de competência da lei 9.099/1995, serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.
- (E) O instituto da *emendatio libelli* (modificação da definição jurídica do fato) pode ser considerado como mera adequação feita de ofício pelo juiz, conforme preceitua o artigo 383 do Código de Processo penal: “Art. 383. O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, contudo, não poderá aplicar pena mais grave”.
24. Sobre fontes, interpretação, norma processual penal no tempo e no espaço, e os princípios constitucionais que regem o processo penal, assinale a opção CORRETA.
- (A) A analogia é um modo de autointegração da norma, ao passo que a interpretação analógica é forma de interpretação da norma processual penal. Ambas não podem ser feitas *in malam partem* no Processo Penal.
- (B) São consequências direta do princípio da ampla defesa e do contraditório no Processo Penal o fato, de tanto o réu, quanto a acusação tem o direito à revisão criminal, sendo assim, a revisão criminal poderá ser tanto *pro reo*, quanto *pro societate*.
- (C) A lei processual brasileira não é aplicada aos casos de extraterritorialidade, como ocorre na lei penal, essa é a regra. Salvo, nas seguintes hipóteses: aplicação da lei processual penal brasileira em território *nullis*; se houver autorização de um determinado país, para que o ato processual seja praticado em seu território de acordo com a lei processual penal brasileira; se houver território ocupado em tempo de guerra.
- (D) A Repristinação é o instituto, aplicado amplamente no Processo Penal, pelo qual a lei revogada volta a vigor quando a lei revogadora perdeu a vigência, ou seja, salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a sua vigência.
- (E) Com base no *ne bis in idem* e respeitando a coisa julgada, o STF já decidiu que, na hipótese de duas ações penais instauradas uma após a outra, deverá ser levada em conta a sentença que tiver a menor pena cominada, relativizando a litispendência no processo penal.
25. Marque a opção INCORRETA.

- (A) Sem prévia autorização judicial, são nulas as provas obtidas pela polícia por meio da extração de dados e de conversas registradas em aplicativo de troca de mensagens instantâneas presentes no celular do suposto autor de fato delituoso, ainda que o aparelho tenha sido apreendido no momento da prisão em flagrante. Assim, é ilícita a devassa de dados, bem como das conversas de aplicativo de troca de mensagens instantâneas, obtidos diretamente pela polícia em celular apreendido no flagrante, sem prévia autorização judicial.
- (B) A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.
- (C) É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.
- (D) Ação Penal Adesiva é a possibilidade de militarem no pólo ativo, em conjunto, o Ministério Público e o querelante, nos casos onde houver hipótese de conexão ou continência entre crimes de ação penal de iniciativa pública e de ação penal de iniciativa privada.
- (E) Perdão ocorre antes do início da ação penal. É ato unilateral, pois não depende da concordância do agente delitivo. O perdão feito a apenas um dos agentes delitivos necessariamente se estende aos demais.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

26. É CORRETO afirmar que
- (A) O Código Penal adotou a teoria da equivalência dos antecedentes causais (ou da causalidade simples, ou da *conditio sine qua non*), anunciando no art. 13, *caput*, considerando como causa toda ação ou omissão sem a qual o resultado não se teria produzido, ou seja, tudo que contribui em concreto para o resultado, é causa, exceto, a concausa relativamente independente, mesmo que venha interferir no resultado.
- (B) O Código Penal adotou a teoria da equivalência dos antecedentes causais (ou da causalidade simples, ou da *conditio sine qua non*), anunciando no art. 13, *caput*, considerando como causa toda ação ou omissão sem a qual o resultado não se teria produzido, ou seja, tudo que contribui em concreto para o resultado, é causa, exceto, a causa relativamente independente superveniente desde que, por si só, produza o resultado.

- (C) O Código Penal adotou a teoria da imputação objetiva, no âmbito da causalidade objetiva, não se contenta com a relação de causa e efeito, acrescentando um nexos normativo: criação ou incremento de risco não permitido; realização do risco no resultado; abrangência do tipo.
- (D) Acerca da imputação objetiva, a conduta é ação que cria ou impulsiona um risco que, permitido ou não, produza resultado lesivo ao bem jurídico tutelado.
- (E) A relação de causalidade tem relevância tanto nos crimes materiais como nos crimes formais.

27. Acerca da imputabilidade penal, marque a opção CORRETA.

- (A) A incapacidade civil se confunde com a inimputabilidade criminal.
- (B) O índio não integrado não é considerado inimputável, salvo se portador de anomalia psíquica, se menor de 18 anos ou se apresentar embriaguez completa accidental.
- (C) Sobre a Teoria da Culpabilidade, especificamente, a Teoria Psicológica da Culpabilidade, possui uma base Neokantista. Os seus elementos são: Imputabilidade, exigibilidade de conduta diversa, culpa e dolo normativo.
- (D) Com base causalista, a Teoria Psicológica Normativa, tem como pressuposto a imputabilidade e suas espécies: o dolo e a culpa.
- (E) A Teoria Limitada da Culpabilidade diferencia-se da Teoria Extremada da Culpabilidade acerca do entendimento da natureza jurídica do art. 20, §1º do Código Penal. De acordo com a Teoria Extremada, considera como discriminante putativa, do art. 20, §1º do CP, erro de tipo, já a Teoria Limitada considera como discriminante putativa, do art. 20, §1º do CP, erro de proibição.

28. Assinale a opção INCORRETA.

- (A) A medida de segurança não será aplicada em segunda instância, quando só o réu tenha recorrido.
- (B) A prática de falta grave não interrompe o prazo para fim de comutação de pena ou indulto.
- (C) A sentença concessiva do perdão judicial é declaratória da extinção da punibilidade, não subsistindo qualquer efeito condenatório.
- (D) O STJ entende que o fato de o paciente ter sido preso em flagrante impede, por si só, que se reconheça a atenuante da confissão espontânea.
- (E) O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.

29. Marque a opção CORRETA.

- (A) A utilização de papel-moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, de competência da Justiça Federal.
- (B) Ao delito de emissão de duas notas falsas de R\$ 10,00 e postas em circulação, é aplicável o princípio da insignificância, de acordo com entendimento do STF, por conta da inexistência de grave prejuízo ao sistema financeiro.
- (C) O crime de moeda falsa consuma-se somente se for colocada de modo efetivo em circulação.
- (D) A falsificação de várias moedas, no mesmo contexto fático, configura crime continuado.
- (E) Não se aplica o instituto do arrependimento posterior ao crime de moeda falsa.

30. Marque a opção INCORRETA.

- (A) Os inquéritos policiais ou de ações penais sem trânsito em julgado não pode ser considerados como maus antecedentes para fins de dosimetria da pena.
- (B) A circunstância judicial "conduta social", prevista no art. 59 do Código Penal, representa o comportamento do agente no meio familiar, no ambiente de trabalho e no relacionamento com outros indivíduos. Os antecedentes sociais do réu não se confundem com os seus antecedentes criminais. São circunstâncias distintas, com regramentos próprios. Assim, não se mostra correto o magistrado utilizar as condenações anteriores transitadas em julgado como "conduta social desfavorável".
- (C) Por previsão Constitucional, a fonte material do Direito Penal é a União. É este o ente que em regra, pode produzir normas penais (art. 22, I, CF/88). Não obstante, a própria Carta Magna prevê uma exceção, disciplinando a possibilidade dos Estados-membros legislarem sobre questões específicas de direito penal, desde que autorizados por Lei Complementar (art. 22, parágrafo único, CF/88).
- (D) A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
- (E) A competência constitucional do tribunal do júri não prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual.

QUESTÃO DISCURSIVA

Discorra sobre constitucionalismo brasileiro em texto de 05 a 30 linhas sem deixar de abordar os seguintes aspectos: a) fundamentos do CF-88; b) a importância dos direitos e garantias fundamentais no constitucionalismo brasileiro na CF-88; c) os tipos de direitos e garantias fundamentais na CF-88; d) poder judiciário federal e sua competência nas causas relativas a direitos humanos; e) competência para causas indígenas.

EM HIPÓTESE ALGUMA A RESPOSTA SERÁ CONSIDERADA NESTE ESPAÇO

RASCUNHO

**TRANSCREVA A
RESPOSTA DA QUESTÃO
DISCURSIVA PARA
ESTE ESPAÇO**

Reservado para Copese:

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	